

COMUNICAÇÃO PRÉVIA – REGIME APLICÁVEL À REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS OU FRAÇÕES

Decreto-Lei n.º95/2019 de 18 de Julho

A PREENCHER PELO REQUERENTE

1-4

Exm.º. Senhor
Presidente da Câmara Municipal do
Barreiro

01. Identificação do Requerente

NIF/ NIPC | _____

Nome/Denom. | _____

Morada | _____

União / Freg. | _____ Código Postal | _____ - _____

Telefone | _____ | Telm. | _____ | Fax: | _____

E-mail | _____

B.I./C.C. | _____ | Data de Validade | _____

Proprietário Usufrutuário Locatário ou superficiário Outra _____

02. Identificação do pedido

Vem apresentar a V. Ex.^a, em conformidade com o disposto no n.º4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro, na sua redação atual (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE), conjugado com o Decreto-Lei n.º95/2019 de 18 de Julho (Regime aplicável às operações de reabilitação de edifícios ou frações autónomas), a realização da seguinte operação urbanística, a executar em prédio inserido em área abrangida por ^a _____

Obras de alteração

Obras de reconstrução ou de ampliação ^{b c}

03. Localização do prédio urbano

Sito em | _____

União / Freg. | _____

| _____ Código Postal | _____ - _____

Área | _____ m² | Desc. na Cons. Reg. Predial, sob o n.º | _____

Insc. matriz sob o n.º | _____ | Código de acesso à certidão da Cons.

do Registo Predial | _____

04. Alvará ou Certificado emitido pelo IMPIC, I. P. ^d

N.º alvará empreiteiro geral ou construtor geral ^e | _____

N.º alvará ou certificado de empreiteiro ^f | _____

N.º alvará ou certificado de empreiteiro das restantes subcategorias ^g | _____

| _____ | _____

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

ENTRADA N.º _____

DATA _____ / _____ /201

DIVISÃO _____

PROC. N.º _____

SAGA N.º _____

GUIA N.º _____

N.º FOLHAS _____

FUNCIONÁRIO _____

05. Elementos instrutórios de acordo com o definido no ANEXO I, parte I e IV, da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril

1. Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais
2. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente da apresentação da certidão da conservatória do registo predial
- a. Código de acesso à certidão permanente ou cópia da certidão de registo comerc. atual. (validade 1 ano)
Aplicável no caso de pessoa coletiva (exibir original)
- b. Cópia da procuração, acompanhada de cópia de documento que ateste da legitimidade do mandante
Aplicável no caso de intervir na qualidade de procurador e mandatário (exibir originais)
- c. Cópias da ata que delegue os poderes de assinatura e dos estatutos
Aplicável no caso de intervir na qualidade de legal representante de associação ou coletividade (exibir originais)
3. Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município^h
4. Levantamento topográficoⁱ
5. Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações
6. Memória descritiva, que deverá conter os elementos indicados no n.º5 do ANEXO I, parte I, da Portaria
7. Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação do pedido de informação prévia, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, e indicação da sua vigência acompanhado de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que aquela respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º3 do artigo 17.º do RJUE
- Alvará de loteamento _____/_____/_____.
- Processo(s) de construção _____/_____/_____; _____/_____/_____; _____/_____/_____;
- Informação prévia válida _____/_____/_____.
8. Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis^j
9. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
10. Pareceres, autorizações ou aprovações das entidades externas cuja consulta seja obrigatória nos termos da lei, exceto se estas já se pronunciaram favoravelmente no âmbito da informação prévia, da operação de loteamento ou plano de pormenor, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do RJUE, caso em que será indicado o procedimento e os termos em que tal pronúncia ocorreu
11. Projeto de arquitetura, a apresentar nos termos da alínea f) do n.º15, com as especificidades previstas na Portaria n.º304/2019 de 12 de setembro
12. Projetos de especialidades, a apresentar em função do tipo de obra a executar, com os respetivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis (os constantes da alínea g) do n.º22 do ANEXO I, parte IV, da mencionada Portaria)^k
13. Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º, com as especificidades da Portaria n.º301/2019 de 12 de Setembro
14. Fotografias do imóvel sempre que se trate de obras de alteração, reconstrução, ampliação ou existam edificações adjacentes

- 15. Calendarização da execução da obra, incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos
- 16. Estimativa do custo total da obra (se não se tratar de empreiteiro geral ou construtor geral, esta terá de ser discriminada de acordo com as categorias e subcategorias do alvará de construtor, definidas pela Portaria n.º19/2004, de 10 de Janeiro), com base nos custos-padrão fixados pela Portaria n.º303/2019 de 12 de setembro^l
- 17. Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º100/97, de 13 de setembro
- 18. Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível
- 19. Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra^m
- 20. Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, por parte da empresa responsável pela execução da obra, de diretor de obra e, quando aplicável, dos técnicos que conduzam a execução dos trabalhos nas diferentes especialidades de obra, conforme previsto no n.º4 do artigo 22.º da Lei 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação
- 21. Número do alvará, ou de registo, ou número de outro título habilitante emitido pelo IMPIC, I. P., que confira habilitações adequadas à natureza e valor da obraⁿ
- 22. Livro de obra, com menção do termo de abertura
- 23. Plano de segurança e saúde
- 24. Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho^o

06. Condições de apresentação dos elementos instrutórios (n.º 1 do ANEXO II da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril)

- Os elementos instrutórios devem ser apresentados em formato digital, com o formato “pdf”, ou, caso contenham peças desenhadas, o formato “.dwf” e o formato “.dwg” ou formatos abertos equivalentes, adotados nos termos da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho no que respeita à implantação da operação urbanística

07. Informação / Nota

Nos termos do n.º1 do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Fiscalização de Operações de Urbanização e de Edificação do Concelho do Barreiro, **a ocupação de via pública e tapumes, está sujeita a aprovação administrativa municipal e obriga à entrega de projeto** que defina as respetivas condições.

A ocupação de via pública só poderá ter lugar após o deferimento do respetivo projeto.

Neste sentido, a decisão administrativa que recair sobre o presente pedido não incide sobre uma eventual ocupação da via pública.

08. Advertência

Adverte-se que erros ou omissões no preenchimento do presente requerimento, poderão originar atrasos na respetiva tramitação processual.

Mais se adverte que, as falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento, integram crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256.º do Código Penal.

Pede deferimento

Barreiro, _____ de _____ de 201 ____

O REQUERENTE

Instruções de preenchimento:

- ^a Plano de Pormenor, Alvará de Loteamento, Plano de Urbanização ou Plano Diretor Municipal – consoante os casos – e, em Área Urbana de Génese Ilegal, se aplicável
- ^b Na medida em que sejam condicionadas por circunstâncias preexistentes que impossibilitem o cumprimento da legislação técnica aplicável
- ^c Indicar quais as circunstâncias preexistentes que impossibilitem o cumprimento da legislação técnica aplicável
- ^d Número do alvará ou de registo emitido pelo InCI, I. P., que confira habilitações adequadas à natureza e valor da obra
- ^e Desde que adequada à obra em causa e em classe que cubra o seu valor global
- ^f Com a subcategoria em classe que cubra o valor global da obra, a qual deve respeitar ao tipo de trabalhos mais expressivo
- ^g Indicar o(s) alvará(s) com as subcategorias relativas aos restantes trabalhos a executar e nas classes correspondentes
- ^h Todos os vértices do limite de propriedade deverão ter escritas as suas coordenadas em M,P e Cota.
As coordenadas a utilizar deverão ser as da DGT, no sistema GRS80 / Transversa de Mercator – PT-TM06/ETRS89, com altimetria referenciada ao marégrafo de Cascais
As coordenadas e cotas de marcas de apoio topográfico podem ser solicitadas por escrito à Divisão de Obras Municipais, Estudos e Empreitadas (DOMEE)
- ⁱ Sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano)
- ^j Elaborado em conformidade com as Minutas a fornecer pelo atendimento do Balcão Único, acompanhadas da prova de validade da inscrição do(s) técnico(s) em associação pública de natureza profissional, ou certificado de habilitações, ou diploma que ateste as respetivas qualificações, nos restantes casos.
Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão
- ^k Nomeadamente: a) Relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica ou projeto de reforço sísmico em conformidade com a Portaria n.º302/2019 de 12 de setembro; b) Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica e projeto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; c) Projeto de redes prediais de água e esgotos; d) Projeto de águas pluviais; e) Projeto de arranjos exteriores, quando exista logradouro privativo não pavimentado; f) Projeto de infraestruturas de telecomunicações; g) Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º349-C/2013, de 2 de dezembro, com as especificidades da Portaria n.º297/2019 de 9 de Setembro; h) Projeto de instalações eletromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; i) Projeto de segurança contra incêndios em edifícios; j) Projeto de condicionamento acústico, com as especificidades da Portaria n.º305/2019 de 12 de Setembro; k) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; l) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º31/2009, de 3 de julho.
- ^l Elaborada em conformidade com a Minuta a fornecer pelo atendimento do Balcão Único
- ^m Elaborada em conformidade com a Minuta a fornecer pelo atendimento do Balcão Único
- ⁿ Elaborada em conformidade com a Minuta a fornecer pelo atendimento do Balcão Único
- ^o A solicitar no atendimento do Balcão Único ou através da Internet em <http://webinq.ine.pt/home>, ir ao separador **Inquéritos**, fichas **Siou**